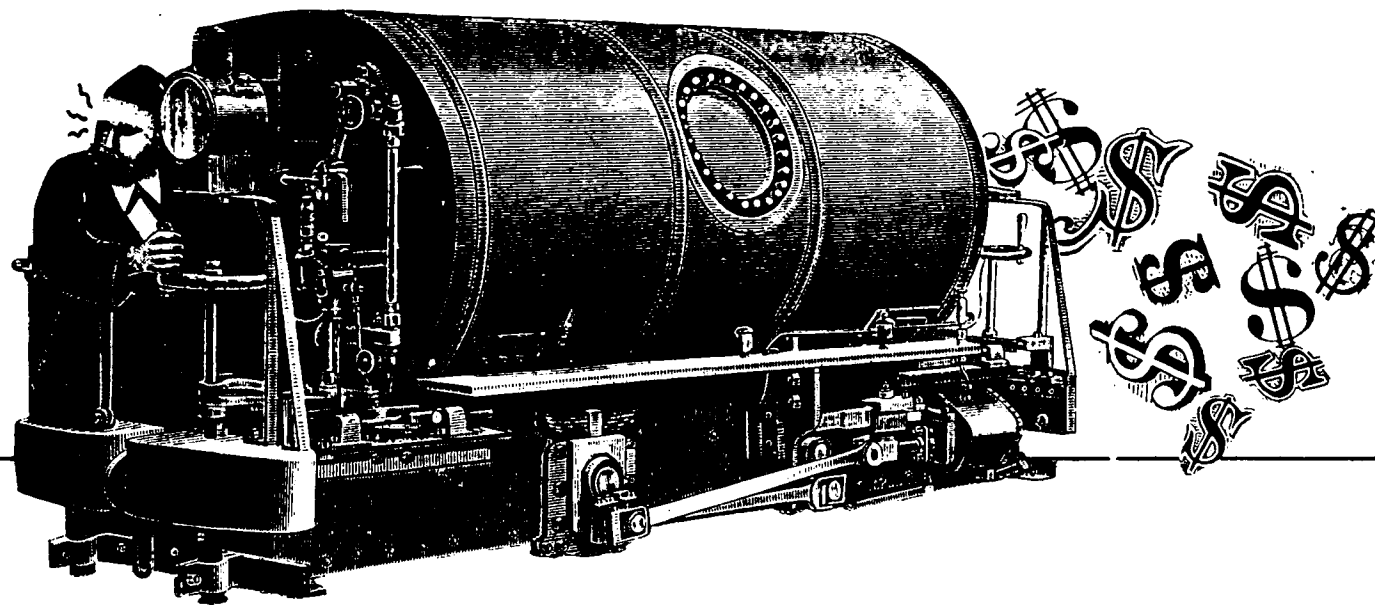


Uma ciência demiúrgica?

*O saber econômico tem sido alvo de avaliações em todo o mundo.
E no Brasil todo cuidado é pouco porque já ficou demonstrado que o Poder
gosta de usar os Planos mirabolantes dos economistas.*

□ Por Alberto Oliva



Agora que somos compelidos a adotar a URV e seus desdobramentos é interessante lembrar que Planos Econômicos, de tanto desabarem sobre nossas cabeças, acabaram se tornando objeto de análise filosófica. Nós filósofos, sempre acusados de descurarmos da realidade mais imediata e momentosa, só podemos mostrar regozijo com o fato de renomados economistas terem, à época do Plano Collor II, começado a recorrer à filosofia (da ciência) em defesa de suas posições sobre o que é, o que pode e o que deve fazer a ciência que cultivam. Mas por que terá isso ocorrido? Por que apenas depois do quinto Plano Econômico? É inegável que o saber econômico tem sido alvo de severas avaliações em todo mundo. Observe-se, contudo, que esse crescente descrédito tem-se manifestado em países do Primeiro Mundo onde os economistas estão praticamente confinados a atuações setoriais. Pode-se imaginar o que acabará acontecendo em realidade onde estruturalistas/historicistas detêm poder para realizar acrobacias "macroeconômicas".

A questão palpitante não é a relativa a que modelo de explicação deve ser adotado pela economia para que tenha credibilidade de se apresentar como ciência. Fundamental, a meu juízo, é reconhecer que não há teoria econômica que possa se apresentar como a verdade capaz de dar legitimidade aos arroubos demiúrgicos dos idealizadores e executores de Planos. Não há dúvida de que se a Engenharia Social tivesse alcançado resultados expressivos em suas tantas aventuras ao longo da História, o mundo das relações sociais de há muito se teria transformado num imenso laboratório de experimentalismos a serviço de controles panópticos e de fervorosos projetos messiânicos de salvação da pátria e da humanidade. Daí ser importante indagar que tipo de justificação pode uma teoria econômica oferecer a arrogantes Planos que, a pretexto de acabar com a inflação, quebram contratos e/ou seqüestram ativos financeiros.

Não há dúvida de que a economia precisaria ser uma ciência como a física, isto é, lidar com fenômenos destituídos de "significado" intrínseco e insuscetíveis de gerar previsões suicidas e previsões que se autocumprem, para ter condições de prover modelos de intervenção na realidade com elevado grau de eficiência remodeladora. Sabe-se, no entanto, que a economia tem sua história marcada por muitas disputas metodológicas. A questão de sua cientificidade permanece controversa e recebe encaminhamentos divergentes em decorrência dos diferentes pressupostos epistêmico-político-ontológicos abraçados por cada uma de suas Escolas. Modelos matemáti-

cos, diferentemente do que supõe um bom número de economistas nativos, não conferem cientificidade às teorias. Quando se aborda a problemática da cientificidade não perder de vista que há dois aspectos envolvidos. O primeiro concerne a uma distinção intracientífica através da qual diferenciamos ciências empíricas (física, química, etc.) das formais (lógica, matemática). O outro diz respeito ao empenho de se tentar estabelecer uma nítida linha divisória entre o que é científico ou passível de sê-lo, e o que não é ou não tem como ser (como, por exemplo, a "metafísica" e os discursos ideológicos).

FUNÇÃO MÁGICA

Por que, a partir de Galileu, as ciências formais (no caso, a matemática) são crescentemente associadas às empíricas? Evidentemente, não para garantir cientificidade aos estudos da natureza, e sim porque os sistemas formais da matemática podem ser empregados para veicular de forma precisa e exata conceitos e enunciados empíricos. Quem imagina que cabe à matemática, que é "linguagem" e não "teoria", a função mágica de conferir cientificidade aos enunciados empíricos assume a posição esdrúxula de supor que a ciência é diferente da "matemática" por veicular "formalmente" seus conteúdos explicativos e não por almejar um tipo de correspondência, em princípio testável, entre seus enunciados e a realidade. Consoante essa perspectiva, a matemática, cujas formulações não se reportam à realidade, incumbiria paradoxalmente fazer com que os sistemas explicativos das

ciências empíricas ficassem em conformidade com os estados de coisas denotados. Além de envolver a exigência descabida de que para ser ciência um saber precisa se matematizar, essa posição deixaria de poder explicar por que ciências não-formais precisam dar importância crucial ao "veredicto dos fatos" no processo de avaliação de suas teorizações. Reiteramos que a matemática é essencialmente "linguagem" que se presta à veiculação rigorosa dos conteúdos explicativos das ciências empíricas. Daí não poder servir de nicho para as desorientações epistemológicas dos economistas. Ninguém está em princípio condenado ao fracasso se tenta fazer ciência recorrendo às estruturas expressivas das línguas naturais. Só que, se o fizer, estará sujeito às imprecisões e deficiências lógicas que caracterizam muitos dos usos expressivos dessas línguas.

PLANO VERSUS INFLAÇÃO

O fato de Planos terem dado certo em outros países e em outras conjunturas justifica supor que podem ser aplicados aqui e agora? O fato de terem antes falhado torna irresponsável a credulidade panglossiana do "agora vai"? A indução ingênua e a indução às avessas se fizeram presentes nos Planos aplicados à nossa realidade. Isto fez com que, por ocasião do Plano Collor II, o Prof. M. H. Simonsen invocasse F. Bacon como forma de mostrar nossa incapacidade de aprender com os erros. Para muitos de seus pósteros Bacon se tornou o arauto da ciência moderna não pelo descaso que mos-

tra pela matemática em seu empenho de caracterizar a racionalidade científica, e sim por seu indutivismo. O Empirismo baconiano não tinha instrumental analítico, como viria a ter o Empirismo Lógico, para se dar conta de que não precisava ficar preso ao dilema da escolha entre a dedução, "necessária" mas incapaz de proporcionar aumento do conteúdo fático, e a indução, amplificadora de conteúdo porém sujeita à incerteza e à impugnação lógica. Só a partir da concepção de matemática como "linguagem" passou a ser possível entender esse acasalamento entre forma lógico-matemática e conteúdo empírico. Mas a grande fama granjeada por Bacon resultou de ter proclamado o império dos fatos na constituição da racionalidade científica cuja ambição maior seria a de proporcionar modos eficazes de intervenção na realidade. A *praxis* científica se oporia vigorosamente à *biós theoretikós* e a vida contemplativa dos Antigos que tendiam a ver o conhecimento como uma espécie de "contemplação das essências". Contra o especulativismo da filosofia, Bacon defende a irrestrita primazia da observação dos fenômenos como única forma de efetivamente conhecê-los e controlá-los. Mas como não bastava atribuir a superioridade explicativa da ciência sobre a metafísica ao fato de realizar cuidadosas observações, Bacon se dedica à elaboração de um conceito capaz de proporcionar a justificada transição dos particulares constatados ($A' \text{ é } b$, $A2 \text{ é } B$, $An \text{ é } B$) para o universal categórico (Todos os A 's são B). A inferência indutiva preconizada por Ba-

con está longe de uma transição ingênua baseada apenas na experiência da repetição. Seu principal aforismo estatui que maior é a força do caso negativo (*Major est vis instantiae negativa*). Os diversos congelamentos de preços e salários jamais levaram na devida conta os fracassos anteriores.

Tinha razão, à época do Plano Collor II, o Prof. Beluzzo quando assinalava que a inferência indutiva vem suscitando crescentes desconfianças a partir das críticas de Planos Econômicos o que está em questão não é a superação dos problemas lógicos gerados pela indução, e sim por que os economistas esqueceram que o intervencionismo a primeira vez é drama e a segunda farsa. E na quinta ou sexta o que será? É curioso hoje constatar, em plena implementação de um Plano que se diz respeitador dos contratos, que um dia os economistas se engalinharam num contencioso filosófico enquanto a inflação comia solta. Só nos raros momentos de crise de seus modelos/paradigmas os cientistas se propõem a enfrentar questões sobre a legitimidade dos procedimentos explicativos que empregam e sobre os fundamentos de suas atividades perquiridoras. O intervencionismo à brasileira não só está intimamente ligado aos fundamentos patrimonialistas de nossa ordem social mas também à pretensão cientificista de que existe o conhecimento demonstrativamente certo operacionalizável por luminares que se dizem promotores das Mudanças Totais.

TÁTICAS MIRABOLANTES

É claro que se os economistas pudessem lançar mão do critério pragmático do sucesso preditivo, segundo o qual devemos elaborar teorias que fazem previsões seguras capazes de ensejar o controle dos fenômenos estudados, nutririam sempre um completo desprezo pelo questionamento filosófico. Felizmente, não temos em ciências sociais teorias capazes de proporcionar um efetivo e abrangente controle das ações humanas. Essa incerteza é uma das mais importantes garantias de que não nos tornaremos o tempo todo títeres de projetos que falam de nossa libertação só com o objetivo de nos manipular. Mas no Brasil todo cuidado é pouco, já que ficou demonstrado o quanto o Poder gosta e recorrer a economistas com Planos mirabolantes em si desastrosos e desastrosos para a vida econômica. Aliás, é bem provável que se o Brasil fizesse parte do *mapa mundi* antigo Platão teria tentado aqui implantar sua República.

O autor é professor de Filosofia da UFRJ